



GABINETE DO DEPUTADO ABDALA FRAXE - PODEMOS

PARECER

Projeto de Lei Ordinária nº: 91/2020
Proponente: Deputada Mayara Pinheiro.
Relator: Deputado Abdala Fraxe.

ALTERA, na forma que especifica a Lei n. 4.769, de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar fraldários em estabelecimentos comerciais no Estado do Amazonas.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária de autoria da Deputada Mayara Pinheiro, nº91/2020 que altera na forma que especifica a Lei n. 4.769, de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar fraldários em estabelecimentos comerciais no Estado do Amazonas.

O presente projeto foi incluído em reuniões ordinárias e não recebeu quaisquer emendas. Os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do Art. 27, inciso I, alínea "a" c/c Art. 127, §1º, inciso III, do Regimento Interno. Onde recebeu parecer favorável, seguindo o tramite regimental, foi encaminhado a Comissão de Defesa do Consumidor para análise e elaboração de parecer.

Designado como relator passo a emitir Parecer, com a finalidade de instruir o posicionamento a ser adotada por seus membros e, posteriormente, a decisão do Plenário.

É o Relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Apreciando a propositura visualiza-se que é de grande importância social, tendo em vista o objetivo de proteger a saúde da população diante a pandemia e também visa proteger os direitos do consumidor.

Na justificativa a Autora, visualiza as diferentes configurações familiares e também a maior participação dos pais na criação dos filhos tem levado a situações constrangedoras nos banheiros públicos no Brasil, surgindo assim, a necessidade de se adequar à realidade contemporânea da sociedade brasileira, em que se busca cada vez mais o exercício da igualdade entre os sexos, surgiu a ideia sobre a instalação de fraldários no interior de banheiros públicos masculinos.





O código de defesa do consumidor em seu artigo 4º tem previsão de que informações ao consumidor devem transparentes e harmoniosas, vejamos:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a **melhoria da sua qualidade de vida**, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

A propositura da Ilustre Deputada se mostra absolutamente louvável, uma vez que trará igualdade a população quanto ao cuidado de seus filhos, sem passar por constrangimentos, diante aos fatos analisando a legislação Consumerista não há impedimento para a sua aprovação, merecendo, portanto, seguir o seu trâmite nesta Casa Legislativa.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, com fundamentação no artigo 36 do Regimento Interno, concluímos pelo **VOTO FAVORAVEL** ao Projeto de Lei nº91/2020.

Manaus, 14 de dezembro de 2020.

Deputado ABDALA FRAXE
PODEMOS





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Poder Legislativo

Comissão de Defesa do Consumidor



CERTIDÃO DE VOTAÇÃO

PROJETO LEI DE Nº 91/2020

AUTORA: Deputada Mayara Pinheiro.

RELATOR: Deputado Abdala Fraxe.

A Comissão da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM, RESOLVE, por **(X) unanimidade** (___) maioria dos votos, **(X) APROVAR** (___) REJEITAR o aparecer **(X) FAVORÁVEL SEM EMENDA** (___) FAVORÁVEL COM EMENDA (___) CONTRÁRIO apresentado pelo Relator, às fls. Retro, culminando no **(X) PROSSEGUIMENTO** (___) ARQUIVAMENTO da proposição em epígrafe.

Manaus, 30 de agosto de 2021.

JOÃO TULIO
Deputado estadual

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor

